

Ata nº 1/2025

1ª Reunião Ordinária do CAE, 13 de fevereiro de 2025

28ª Sessão Plenária do mandato 2021/2025

Pauta: Diversas

Aos 13 de fevereiro de 2025, às 09h, realizou-se a Primeira Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Caucaia - CAE de 2025, em formato híbrido: presencial, na sala de reuniões da Casa dos Conselhos Professor Francisco Eilson Martins, situada à Rua Engenheiro João Alfredo, nº 1.516 – Centro – Caucaia/CE e virtual por meio do aplicativo Google Meet. A abertura foi realizada pelo Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Caucaia - CAE, Sr. Leiveson Costa de Moraes, que cumprimentou todos os presentes, verificou o quórum e apresentou as pautas: 1) Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior; 2) Inclusão do formato híbrido para as reuniões do conselho; 3) Resultado da audiência com a Secretária de Educação que tratou da doação de carne moída da escola Luzia Correia Sales para a Secretaria Municipal de Saúde, em razão do prazo de validade que venceria no dia 28/01/2025; 4) Situação do fornecimento de merenda escolar para as escolas para o início do ano letivo; 5) Cronograma de fiscalização do 1º semestre (visita às escolas); 6) Relatório Final 2024; 7) Informes e encaminhamentos. O presidente informou que a conselheira Claudiane Nojosa participava presencialmente. Logo depois, perguntou se poderia dispensar a leitura da ata anterior e seguir para a aprovação, e todos os conselheiros concordaram e foi aberta votação sem nenhuma manifestação e foi aprovada. O presidente também cientificou que o conselheiro Fábio, representante suplente do Poder Executivo Municipal foi convocado por diversas vezes para assinar a Ata da quinta reunião ordinária de 2024, mas não compareceu e também não atendeu aos chamados, por isso, ficará sem a assinatura dele. Prosseguindo com a reunião, no item 2 da pauta foi colocado em discussão e votação a inclusão do formato híbrido (presencial e virtual) para as reuniões do conselho. Em seguida, os conselheiros puderam se manifestar. O presidente retomou a fala e explicou que diante das dificuldades de deslocamento de alguns, implementou de forma experimental o formato híbrido, o que permitiu maior participação dos membros, principalmente daqueles que tinham dificuldade de comparecer presencialmente. Finda as discussões, a votação foi

aberta, e todos os conselheiros aprovaram a inclusão do formato híbrido para as reuniões do conselho. No item 3 da pauta, os conselheiros foram cientificados que no dia 22/01/2025 a Sr.ª. Camila Bezerra, Secretária de Educação de Caucaia (SME) pediu uma reunião com o presidente para informar que a escola Luzia Correia Sales (EEIEF) tinha no estoque 150 unidades (67,5 kg) de carne moída com vegetais prestes a vencer no dia 28/01/2025, que tendo em vista que o ano letivo só iniciaria no dia 05/02/2025 não seria mais possível o consumo do produto pelos alunos, que alinhou com o Sr. Moacir, Secretaria de Saúde de Caucaia para que recebesse os produtos que seriam direcionados ao Hospital Santa Terezinha, mediante Termo de Doação. A Sr.ª. Camila Bezerra também informou que a escola tinha feijão vencido desde 23/11/2024. Em seguida, os conselheiros puderam se manifestar. O presidente ressaltou que esteve na escola para acompanhar a remoção das carnes e que também verificou a presença de dois fardos de feijão vencidos, que a situação é inaceitável e demonstra o total descaso com a merenda escolar. Sem mais, o assunto não foi a voto, pois tem caráter meramente informativo. No item 4 da pauta foi dito que a Secretaria de Educação foi oficiada (ofício nº 07/2025) para prestar informações sobre a situação da merenda escolar para o início do ano letivo, o andamento da chamada pública da agricultura familiar e de recarga de gás; que a Secretaria de Educação respondeu (ofício nº 174/2025/SME) que os trâmites dos processos licitatórios para aquisição de produtos da agricultura familiar e aquisição de recargas e vasilhames de gás foram iniciadas e que a aquisição de produtos para a merenda escolar se encontra em processo de elaboração de contrato. Também foi relatado que as aulas iniciaram no dia 05/02/2025 com problemas de merenda e gás, que duas escolas foram visitadas para monitorar a situação. Na escola Nair Magalhães Guerra (EEIEF) o estoque tinha muito biscoito, flocos de milho e macarrão, pouco arroz, feijão e pouca proteína, não tinha gás, e também sem recebimento de frutas e verduras, por isso, a escola ofertava suco com biscoito aos alunos. Na escola Dalva Pontes da Rocha (EEIEF) tinha uma boa quantidade de arroz, feijão, flocos de milho, biscoito e pouca proteína, mas sem gás, e também sem recebimento de frutas e verduras, a alimentação escolar ofertada foi suco com biscoito. Em seguida, os conselheiros puderam se manifestar. A conselheira Claudiane falou que o tempo integral não iniciou na escola Cel. Raimundo de Oliveira (EEIEF), que os alunos estão sendo liberados às 11h. A conselheira Fátima considerou descaso a falta de merenda escolar logo no início das aulas e que a situação deixa muito a desejar. A conselheira Maria de Lourdes (Vitória) ponderou que mesmo com a mudança de gestão municipal, mas uma vez o ano letivo inicia com problemas de falta de merenda escolar. A conselheira Fabíola ressaltou que a situação de merenda é muito difícil, que a gestão deveria pensar nas crianças e pais que necessitam da escola, que na creche indígena Vô Batista de Matos, a pouco, chegou frutas e verduras, que no dia 10/02/2025 foi entregue bolo,

porém, a creche ainda não tem massa para mingau e a quantidade de proteína é muito pouca. O presidente retomou a fala e ressaltou que o ano letivo início no dia 5/2/2025 e, por isso, os contratos com os fornecedores de alimentos deveriam ter sido assinados, no máximo, até a última semana de janeiro, que muitas escolas reclamam de falta de merenda em quantidade e variedade suficiente para cumprir o cardápio ou de falta de gás para preparar a alimentação, que no momento muitas das escolas estão oferecendo somente suco com biscoito aos alunos. Finda as discussões, os conselheiros deliberam aguardar por 10 dias a resolutiva da merenda escolar e de recargas de gás pela Secretaria de Educação, sob a condição após o prazo estabelecido, acionar o MINISTÉRIO PÚBLICO em face de irregularidade na execução da merenda escolar. No item 5 da pauta foi discutido o cronograma de visitas às escolas neste primeiro semestre. Logo depois, sem nenhuma manifestação pelos presentes, a votação foi aberta, e os conselheiros aprovaram a seguinte ordem de visitas: 6/3/2025 – Luzia Correia Sales (EEIEF), 7/3/2025 – Tiago Peixoto (NEDI), 11/3/2025 – Profissional Batista (EEIEF), 14/3/2025 – São Sebastião (EEIEF), 18/3/2025 – Maria Luiza do Vale Forte (EEIEF), 24/3/2025 – Escola Vovô Jovina (Anexo), 27/3/2025 – Vicente Torquato de Araújo (EEIEF), 1/4/2025 – Cacique Antônio Ferreira (EDEIEF), 4/4/2025 – Escola Vó Sinha (Anexo), 8/4/2025 – Francisco Alves Paiva (EEIEF), 14/4/2025 – Valmira Pereira Batista (CEI), 16/4/2025 – Dom Antônio Almeida Lustosa (EEIEF), 22/4/2025 – FUNPEM, 25/4/2025 – Estevão Ferreira da Rocha (EEIEF), 30/4/2025 – Escola Gregório Celestino (Anexo), 5/5/2025 – Tia Lerleane (NEDI), 8/5/2025 – Murilo Amaral (Anexo), 15/5/2025 – Maria Corina Moura Arruda (EEIEF), 16/5/2025 – Maria Guimarães Prata (EEIEF), 21/5/2025 – Raimunda Nonata Forte Sales (EEIEF), 26/5/2025 - Angaturama Lindalva Teixeira (Tapeba), 29/5/2025 – Rosa Braz Coelho (EQEIEF), 2/6/2025 – João Carlos da Mota e Silva (EEIEF), 5/6/2025 – Instituto Batista Maria Carmélia Barros (EEIEF). No item 6 da pauta foi discutida as constatações constantes no RELATÓRIO FINAL 2024 – MERENDA ESCOLAR: (1) a EEx utilizou recursos do programa para custear despesa diversa da finalidade com o recolhimento de impostos retidos na conta específica do programa, contrariando o art. 47 inciso XX da Resolução FNDE nº 6/2020; (2) não foi atingido o mínimo obrigatório de gastos com a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar; (3) não realização do mapeamento de produtos da agricultura familiar local para a realização da chamada pública destinada a aquisição de alimentos para a merenda escolar; (4) nutricionistas que atuam no PNAE em número inferior ao exigido pelo normativo; (5) atraso na licitação /chamada pública para a aquisição de alimentos destinados a merenda escolar em 2024; (6) ausência de análise da vigilância sanitária quanto à qualidade dos alimentos destinados a merenda escolar; (7) o Termo de Compromisso não foi assinado pelo gestor municipal ou não foi apresentado ao CAE; (8) nutricionistas não foram capacitados para exercer suas funções, com vistas a aumentar a eficiência

e a eficácia de todo o processo de oferta da merenda escolar; (9) os documentos fiscais relacionados à aquisição de alimentos com recursos do PNAE, não são emitidos em nome da EEx nem/ou não identificados com o nome do FNDE nem/ou não são do Programa; (10) pesquisa de preço inadequada para composição da média de preço do lote 1, item 1 (ampla participação/cota exclusiva) Edital nº 2023.12.12.01 – SME; (11) instalações físicas do almoxarifado central da merenda escolar inadequadas em relação a piso, parede, ventilação, telhado e calha; (12) os veículos utilizados não são exclusivos para o transporte da merenda escolar; (13) não são utilizadas nas escolas fichas técnicas de preparo (FTP), detalhando a preparação das refeições previstas no cardápio; (14) inobservância da normas operacionais no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); (15) ausência de controle nos procedimentos de recebimento dos alimentos no âmbito das escolas; (16) funcionários sem designação forma e/ou despreparados ficam responsáveis pelo recebimento dos gêneros alimentícios entregues nas escolas; (17) divergência entre os gêneros alimentícios entregues e os estabelecidos no termo de contrato firmado; (18) as escolas receberam produtos alimentícios destinados a merenda escolar em desacordo com as especificações técnicas; (19) falta de balança para pesagem dos produtos alimentícios recebidos nas escolas da rede municipal de ensino; (20) alimentos vencidos nos estoques da merenda escolar das escolas; (21) inexistência ou deficiências no controle de estoque dos alimentos nas diversas escolas; (22) o documento de saída dos gêneros alimentícios no almoxarifado central não é adequado e não indica de forma apropriada o tipo de alimento específico para entrega nas escolas; (23) não foi dada saída a diversos alimentos pelo almoxarifado da merenda escolar; (24) os manipuladores de alimentos não passaram por nenhum treinamento ou o treinamentos não foi adequado para lidar com as técnicas de produção, manipulação e higiene dos alimentos; (25) funcionários responsáveis pela manipulação dos alimentos não recebem capacitação periódica em higiene e saúde; (26) o número de manipuladores de alimentos não é compatível com o volume de produção e a diversidade de cardápios oferecidos; (27) as condições de trabalho dos manipuladores de alimentos não proporcionam conforto, segurança e/ou desempenho eficiente para o desenvolvimento das atividades; (28) ausência de equipamentos de proteção individual (EPI) pelos manipuladores de alimentos nas escolas; (29) não há controle do estado de saúde dos manipuladores de alimentos; (30) ausência do manual de boas práticas nas diversas escolas; (31) não há formação periódica sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); (32) o reservatório de água não é higienizado, em um intervalo máximo de seis meses e/ou não tem registros da operação nas diversas escolas; (33) a potabilidade da água não é atestada semestralmente mediante laudos laboratoriais; (34) a escola não dinamiza o currículo, tendo por eixo temático a alimentação e nutrição; (35) a escola não utiliza

a horta escolar como ferramenta pedagógica; (36) o nutricionista não coordenou nem realizou, em conjunto com a direção e coordenação das escolas, ações de educação alimentar e nutricional; (37) as ações de educação alimentar e nutricional não são planejadas, executadas, avaliadas e documentadas, considerando a faixa etária, as etapas e as modalidades de ensino; (38) as condições de higiene da cozinha e/ou área de armazenamento dos alimentos não era adequada em diversas escolas; (39) a escola Maria Silva do Nascimento (EDEIEF) não tem merendeira para lidar com o preparo diária da alimentação escolar aos estudantes da EJA; (40) ausência de supervisão da alimentação escolar e dos procedimentos pela gestão escolar das diversas escolas; (41) a EEx não informou as no início do ano letivo sobre a existência, as atribuições e a composição do CAE; (42) não houve realização dos testes de aceitabilidade das preparações da alimentação escolar; (43) não é verificado semanalmente o percentual de estudantes que consomem a alimentação em relação ao total de estudantes presentes no momento das refeições nas diversas escolas; (44) não são coletadas amostras das preparações servidas e mantidas sob refrigeração pelo período mínimo de 72 horas; (45) consumo indevido da alimentação escolar e/ou de alimentos pelos profissionais das diversas escolas, contrariando o Acórdão nº 2.122/2009 – 1ª Câmara do TCU; (46) comercialização de alimentos/guloseimas aos alunos dentro das escolas da rede municipal de ensino, contrariando a Portaria nº 210, de 3 de maio de 2024; (47) não há divulgação dos cardápios nas escolas; (48) não há cardápio apropriado para os estudantes com necessidades nutricionais específicas, tais como: doença celíaca, diabetes, hipertensão, anemias, alergias e intolerâncias alimentares; (49) cardápio elaborado contendo alimento ultraprocessados e/ou com adição de açúcar nas preparações para as creches (crianças até 3 anos); (50) para as unidades escolares em período integral/turmas em período integral, os cardápios não foram elaborados com a presença de legumes e verduras em cinco dias por semana, no mínimo, totalizando 520g/estudante/semana; (51) não houve oferta de alimentação escolar aos alunos da escola Nicolau Noronha (EQIEF) (17/10/2024), Conrado Teixeira (EDEIEF) (11/11/2024), Luiza Moraes Correia Távora (EEIEF) (2/12/2024); e nas instituições Miriam Pontes Jucá (EEIEF) (11/11/2024) e Davi Rodrigues Moura (CEI) (18/11/2024) o horário foi reduzido para os alunos do integral por falta de alimentação escolar; (52) os cardápios nutricionais não foram efetivos nas escolas, constatados pela falta de cumprimento; (53) deficiências na logística de distribuição dos hortifrutigranjeiros; (54) não foi efetivo o consumo mínimo obrigatório semanal de frutas in natura, legumes e verduras pelos estudantes; (55) o bebedouro não funciona ou não apresenta condições adequadas de conservação e higiene nas diversas escolas; (56) o armazenamento inadequado dos alimentos em diversas escolas; (57) utilização de botijão de gás de uso doméstico e acondicionado dentro da cozinha em condições inadequadas; (58) subutilização das

áreas externas reservadas para instalar botijões de gás; (59) mangueira do gás vencida em diversas escolas; (60) extintor de incêndio vazio ou vencido em diversas escolas; (61) não há controle de pragas urbanas e vetores ou o controle químico é ineficiente e nas escolas não há registro comprovando a execução do serviço; (62) o acesso a cozinha não é controlado, independente e não comum a outros usos; (63) não há oferta de todos os cardápios por falta de estrutura adequada das cozinhas escolares, especialmente nas escolas que ofertam concomitantemente educação infantil (1 a 5 anos, fundamental parcial e/ou turmas em período integral); (64) na retirada dos produtos alimentícios do estoque das escolas não tem sido utilizado sistema Primeiro que entra – Primeiro que sai (PEPS); (65) falta de utensílios básicos para o preparo e consumo da alimentação escolar e/ou o estado de conservação não é adequado; (66) os equipamentos não apresentam adequado estado de conservação, não são compatíveis com as atividades e/ou não tem; (67) das condições de estrutura física da cozinha das escolas; (68) sem refeitório ou as condições não são adequadas. Em seguida, os conselheiros puderam se manifestar. O presidente destacou o grande número de constatações, na sua maioria problemas referentes a inobservância das normas, ausência de gestão escolar, de planejamento nutricional inadequado e também falhas no fornecimento de alimentação escolar, dentre outros. Finda as discussões, a votação foi aberta e os conselheiros aprovaram o RELATÓRIO FINAL 2024 – MERENDA ESCOLAR. Sem mais, foram repassados os informes: recebido o Ofício nº 57/2025 – 13ª PmJCAU – MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ (MPCE), declarando o arquivamento do procedimento nº 01.2024.00026862-0 (Nicolau Noronha EQEIEF – acerca de merenda escolar); depósito (6/2/2025) da primeira parcela de R\$ 1.187.088,00 (um milhão, cento e oitenta sete mil, oitenta e oito reais) do FNDE para o custeio com a aquisição de merenda escolar; apresentado o calendário de reuniões do CAE; entrega do Plano de Ação 2025; encaminhado pedido de substituição do representante (titular/suplente) do Poder Executivo Municipal, em razão da mudança de gestão municipal; formalizado pedido para que a SME informe sobre o quantitativo de carne moída remanejada da escola Luzia Correia Sales (EEIEF) e de outras, em razão do prazo de validade do produto e forneça a cópia do Termo de Doação para a Secretaria de Saúde; recebido o relatório de matrícula dos alunos e a relação de escolas em tempo integral/turmas em período integral; formalizado pedido para que a SME forneça o relatório de posição de estoque da merenda escolar; formalizado pedido ao Recursos Humanos – SME para a lotação de um servidor para o CAE; divulgado pelo Governo Federal a redução de 20% para 15% o percentual de alimentos processados ou ultraprocessados na merenda escolar e redução para 10% em 2026. Logo depois, os conselheiros decidiram pelos seguintes encaminhamentos: a) marcar para o dia 21/02/2025 às 09h30 uma reunião com a nova gestão da alimentação escolar; b) marcar audiência com a Sr.ª. Camila Bezerra, Secretária

de Educação de Caucaia (SME) para a entrega do Relatório Final 2024 e encaminhamentos; c) entregar cópia do Relatório Final 2024 ao MINISTÉRIO PÚBLICO para as providências cabíveis; d) recomendar que a Secretaria de Educação oriente o gabinete do prefeito para que renove o TERMO DE COMPROMISSO previsto no art. 40 § 2º da Resolução FNDE nº 6/2020; e) recomendar que a Secretaria de Educação implemente a Lei Municipal nº 3.278, de 21 de setembro de 2021 ou a revogue; f) recomendar que a Secretaria de Educação informe as escolas sobre a existência do CAE e suas atribuições, em atenção ao art. 45 inciso V da Resolução FNDE nº 6/2020; g) enviar a Secretaria de Educação (SME) o Plano de Ação 2025; h) pedir que a nutricionista RT apresente os cardápios elaborados para fevereiro a março; i) formalizar pedido para que a Secretaria de Educação forneça cópias do extrato de movimentação bancária e aplicação financeira com recursos federais destinados a merenda escolar e cópia digitalizadas dos processos de pagamento com recursos federais com a merenda escolar; j) recomendar que a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) elabore o mapeamento da produção agrícola do município para a chamada pública da agricultura familiar; k) notificar a Secretaria de Educação para que no prazo de 10 dias agilize a formalização dos contratos de merenda escolar e regularizar o fornecimento de merenda escolar para atender as demandas nutricionais dos estudantes, do contrário, fica decidido que após o prazo estabelecido pelo colegiado o MINISTÉRIO PÚBLICO será acionado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Caucaia (CAE), Sr. Leiveson Costa de Moraes agradeceu a todos os presentes e finalizou a reunião às 11h. E, eu, Normandia Maria Martins do Amaral, na condição de Secretária da presidência, lavro a presente ata que segue assinado pelos membros presentes. Caucaia/CE, 13 de fevereiro de 2025.

LISTA DE FREQUÊNCIA – 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2025				
Sigla/ categoria		MEMBRO	Função	STATUS
EDUCAÇÃO E DISCENTE (PROFISSIONAL)	T	LEIVISON COSTA DE MORAIS	PRESIDENTE	Presente
	S	ANA LÚCIA ALMEIDA TIMÓTEO	CONSELHEIRA	-
EDUCAÇÃO E DISCENTE (ESTUDANTE)	T	SIBELE MARTINS BASTOS	CONSELHEIRA	Presente
	S	VICTOR WILLIAM BENTO CHAVES ROCHA	CONSELHEIRO	Presente
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	T	MARIA ORIVANDA MOREIRA DE MATOS	CONSELHEIRA	Ausente
	S	ANTÔNIO FÁBIO DE FREITAS CAMINHA	CONSELHEIRO	Ausente
PAIS DE ALUNOS	T	CLAUDIANA DA HORA LOPES	CONSELHEIRA	Ausente
	S	MARIA DE FÁTIMA LIMA	CONSELHEIRA	Presente

	T	GLAUCIA SOARES DE OLIVEIRA	CONSELHEIRA	Presente
	S	CLAUDIANE NOJOSA DE LIMA	CONSELHEIRA	Presente
SOCIEDADE CIVIL (QUILOMBOLA)	T	FRANCISCO JOCIMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA	VICE PRESIDENTE	Presente
	S	IVANILDA GOMES DE SOUZA	CONSELHEIRA	-
SOCIEDADE CIVIL (INDÍGENA)	T	FABÍOLA SANTOS ROCHA	CONSELHEIRA	Presente
	S	MARIA DE LOURDES SANTOS DA SILVA DA COSTA	CONSELHEIRA	Presente

Leiveson Costa de Moraes

Leiveson Costa de Moraes
Profissional da Educação
Presidente do CAE

Francisco Jocimar R. de Oliveira

Francisco Jocimar Rodrigues de Oliveira
OSC - Quilombola
Vice-presidente do CAE

Sibele Martins Bastos

Sibele Martins Bastos
Conselheira (T)
Estudante

Glaucia Soares de Oliveira

Glaucia Soares de Oliveira
Conselheira (T)
Mãe de aluno

Fabíola Santos Rocha

Fabíola Santos Rocha
Conselheira (T)
OSC - Indígena

Claudiane Nojosa de Lima

Claudiane Nojosa de Lima
Conselheira (S)
Mãe de Aluno

Maria de Fátima Lima

Maria de Fátima Lima
Conselheira (S)
Mãe de Aluno

Maria de Lourdes Santos

Maria de Lourdes Santos da Silva da Costa
Conselheira (S)
OSC - Indígena

NÃO ASSINADO

Victor William Bento Chaves Rocha
Conselheiro (S)
Estudante